

3. Sobre a História

“Detesto os mortos que voltam.
São tão mais nossas as imagens!”
(Mário de Andrade, 1924)

1.

Segundo o historiador Roger Chartier há um problema essencial em relação à produção historiográfica formulada na pergunta: “por que, duradouramente, a história ignorou sua pertença à classe das narrativas?” (CHARTIER, 2002, p. 14). A sua resposta é óbvia, porém contundente: tal negação se deve à relação estabelecida entre narrativa e retórica. Com a busca dentro da História em se afirmar como disciplina científica, o seu *status* de escrita foi renegado. Para o historiador profissional que deve lidar com uma série de teorias e metodologias para produzir a sua pesquisa, elaborar uma hipótese, procurar em arquivos, selecionar fontes, fazer estatísticas e fichas, contrapor os dados e a veracidade das suas informações, verificar se a hipótese proposta se confirma, escrevendo sua conclusão sem se esquecer de mencionar as fontes primárias e editas consultadas, seria uma afronta igualar a sua pesquisa com mero discurso retórico, como parece ser uma conclusão precipitada, mas rapidamente tirada de todos os questionamentos da História.

A partir da década de 1960 emerge a conscientização do caráter discursivo da História. Nota-se um esgotamento de muitos dos princípios norteadores dessa área no que se convencionou chamar de “virada histórica”, que, segundo Verónica Tozzi,

reclama prestar atención a la práctica científica real lo cual implica el abandono de enfoques filosóficos primordialmente normativos (...) involucra que las preguntas en torno a cómo la historia debe conducirse para llegar a ser científica deben reemplazar en favor de investigaciones concretas de por qué los historiadores, en un contexto determinado, prefieren una interpretación a otra (TOZZI, 2009, p. 21).

Ou seja, a preocupação com a cientificidade, após os questionamentos das metodologias, da escrita e da objetividade dentro desse campo, está sendo substituída por questões referentes à construção do conhecimento em um sentido mais *lato* e como tal construção ocorre ao se levar em consideração o seu caráter discursivo.

A autora demonstra o modo com que a linguagem é apropriada e organizada para se legar as conclusões atingidas através da pesquisa histórica (TOZZI, 2009). Esse tipo de investigação tem sido um dos centros do

questionamento pelo qual esse campo vem passando, após o relativo “esquecimento” da discursividade na construção do conhecimento sobre as realidades passadas.

A partir do debate em torno do caráter discursivo do texto histórico, fica clara também a influência da “virada linguística” nesse processo. Ela é caracterizada por questionar a linguagem apenas como referência a um mundo exterior, que poderia ser conhecido independentemente de nosso pensamento (PALÁCIOS, 1995). Cria-se, a partir da não correspondência entre o signo e o referente uma crise epistemológica, em que se questionam os conceitos tidos como fundamentais para o paradigma positivista como os de verdade, de real e de senso comum. Essas categorias passam a ser vistas como construções sociais, mantidas através de relações de poder dentro da sociedade. E a linguagem, em vez de representar o mundo, é considerada como o meio utilizado para se construir visões sobre a realidade empírica.

Contudo, como afirma Carlo Ginzburg, unir sem a devida complexidade a produção do conhecimento em História e o seu caráter discursivo, cria um “abismo entre essa prática e a reflexão metodológica” (GINZBURG, 2002, p. 14). É necessário explicitar o que significa essa discursividade e quais são as consequências dessa conscientização para o campo. Com as viradas histórica e linguística, a problematização em torno da disciplina ultrapassa as questões relacionadas à metodologia usada, indagando sobre a sua natureza epistemológica. Roger Chartier afirma que os historiadores “perderam muito de sua ingenuidade e de sua ilusão. Agora sabem que o respeito às regras e às operações próprias à sua disciplina é uma condição necessária, mas não suficiente, para estabelecer a história como um saber específico” (CHARTIER, 2002, p. 17). Urge repensar no quadro contemporâneo as posições assumidas pelos historiadores enquanto produtores de conhecimento, questionando o papel da História e dos textos historiográficos hoje. Como afirma Hobsbawn, não é mais possível haver “tranquilos rebanhos de historiadores que se alimentam nas ricas pastagens de suas fontes primárias ou ruminam entre si suas publicações” (HOBSBAWN, 1998, p. 7). O conhecimento produzido deve ter um impacto real na sociedade e cumpre a todos os historiadores, mesmo aqueles “menos inclinados à filosofia” (p. 7) conjecturar sobre as suas produções e a sua escrita.

2.

Mas por que estudar essas mudanças na História em uma dissertação que trata da historiografia literária? Hans Ulrich Gumbrecht apresenta uma interessante resposta para esse questionamento. Segundo o autor, em seu texto “História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida”, o aparecimento da concepção de história como “coletivo singular”, respondendo ao período inicial do Iluminismo e uma nova experimentação dos desenvolvimentos plurais dos processos históricos, é uma das condições que possibilitaram a concepção da noção de “história da literatura” (GUMBRECHT, 1996, p. 223). Assim como a historiografia literária surge na esteira da História enquanto disciplina, o seu declínio, ou pelo menos seu questionamento, também está associado, em parte, a esse campo.

A História se modificou ao longo do tempo no espaço de discussões epistemológicas, metodológicas e analíticas. O seu conteúdo semântico passa por diversas ressignificações, sendo que as propostas, as funções e as configurações escriturais acompanharam muitas dessas mudanças. Como um dos pilares da historiografia literária, essas modificações serão objeto de investigação nesse segundo capítulo, mostrando como elas foram fundamentais para repensar as disciplinas de História e, conseqüentemente, de História Literária.

Segundo o historiador Ciro Flamarion Cardoso, há uma “rebelião” contra as sínteses totalizantes apregoadas pelo estruturalismo e suas pretensões científicas. Assim,

intelectuais como Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Michel Foucault e outros, filosoficamente instruídos por Nietzsche e Heidegger (mais do que por Husserl, preferido pelos estruturalistas), rejeitaram o *status* de possíveis focos ao *eu* como o categorizava a epistemologia ou a psicanálise, ou às concepções baseadas numa realização histórica da Razão (...) Tal movimento intelectual desembocou, previsivelmente, num estado de coisas suspenso entre o niilismo e o pansemiotismo, numa negação da explicação em favor da hermenêutica relativista (CARDOSO, 2005, p. 79).

O historiador tem certas restrições a acolhidas dessas tendências pós-estruturalistas no campo da História, mas é inegável a sua repercussão na construção de conhecimento na disciplina. Nesse horizonte, um objetivo é perceber os pressupostos epistemológicos do pensamento contemporâneo que colaboraram para novas escritas experimentais de historiografia literária.

Sabendo que a historiografia literária tradicional baseava o seu modelo na crença na narrativa como modelo fundamental, essa configuração foi questionada em favor da cientificidade e de uma nova escrita que correspondesse a esse intuito. A partir dessa discussão, acredito, ficará mais clara a necessidade de formular soluções adequadas às mudanças ocorridas incluindo uma reorganização estrutural da própria escrita.

3.

Antes de esmiuçar esses questionamentos em processo, é oportuno enfatizar as diversas perspectivas de História existentes. Como já dito, a disciplina passou por mudanças de suas concepções e de seus pressupostos. Seguindo a proposição de Alun Munslow em *Desconstruindo a história* (2009), tendo por base a historiografia inglesa, sugere-se a divisão da historiografia em três fases: a reconstrucionista, a construcionista e a desconstrucionista. O reconstrucionismo tem base no empirismo, buscando a manipulação rigorosa e imparcial dos documentos e a separação do sujeito de seu objeto de análise. Deve seu nome à confiança na possibilidade de se reconstruir o passado tal como ocorreu. O construcionismo, chamado também de “praticantes da história social”, está ligado à Escola dos *Annales*, ao weberianismo e ao marxismo. A escola dos *Annales* busca definir a História enquanto ciência, utilizando-se do método hipotético-dedutivo. Nessa fase, já se ressalta a dificuldade em salvaguardar o pressuposto de objetividade por ter como instrumento a linguagem, além de levar em conta o papel do historiador na disciplina. Na proposição construcionista, embora as respostas das pesquisas sejam consideradas parciais, elas não são vistas como falsas. Além disso, o passado não pode ser conhecido por si mesmo, pois cada presente faz perguntas diferentes ao passado. Essa é uma das tendências mais vigorosas ao pensamento da História enquanto disciplina, tendo fundamental importância para a reconfiguração da produção historiográfica no século XX. Por último, a tendência contemporânea do desconstrucionismo se baseia no realismo ontológico. Contudo, acredita que não é possível conhecer o real diretamente, pois entende o discurso como gerador de conhecimentos acerca das realidades, sendo ele atravessado por ideologias, relações de poder, preferências pessoais, entre outros aspectos. Ou seja, constroem-se versões para definir a realidade, que lutam

para se manter no poder e, nesse sentido, o “verdadeiro” está ligado a determinadas comunidades semióticas. Entre alguns pesquisadores dessa linha posso citar Hayden White e Dominick LaCapra. A sua diferença em relação à Escola dos *Annales* se deve ao fato de que os questionamentos advindos do desconstrucionismo impossibilitam a confiança em sua pesquisa como área específica do saber. Enquanto a Escola dos *Annales* reforça a sua cientificidade através de uso rigoroso de metodologias de pesquisa, o desconstrucionismo ressalta o seu caráter narrativo, focando na escrita e na possibilidade de se alcançar conhecimento sobre realidades passadas. Esta última posição encontra uma enorme resistência entre os historiadores, pois coloca em cheque a própria História como ciência. Ressalta-se, contudo, que a crise da objetividade na ciência não elimina o caráter científico da História, requerendo, contudo, um novo olhar devido às questões contemporâneas.

Além da proposta de sistematização de Munslow, cito a importante contribuição do historiador Reinhart Koselleck. Partindo da História dos conceitos, em que se busca ver as transformações do campo semântico de um determinado termo para verificar a sua hegemonia em um contexto específico, ele historiciza a palavra História, demonstrando como ela passa de um uso plural, ao se referir às diversas narrativas particulares entre si acumuladas pela historiografia no século XVIII, para designar uma sequência unificada de eventos que constituem um relato acerca da marcha da humanidade (KOSELLECK, 2006). O historiador ressalta as diversas funções que a disciplina teve ao longo de sua instituição, partindo das distintas compreensões que o tempo histórico teve nesse processo. A historiadora Karina Anhenzini (2009) aponta, nesse horizonte, como a História deixa de ser “mestra da vida” e fornecedora de exemplos e passa a ser entendida como um processo contínuo, que é analisado em diversas concepções de filosofia de História.

A institucionalização da História como saber específico, partindo do modelo de “singular coletivo”, emerge juntamente com uma das tendências mais privilegiadas de se escrever História e que ainda prevalece no senso comum como modelo básico dessa disciplina que é o historicismo. Esse termo, na análise de Estevão Martins, corresponde à “época da historiografia alemã ao longo do século XIX, de metodização e de formação científica do conhecimento histórico”

(MARTINS, 2008, p. 15). Essa corrente se pauta pela crença no progresso e em uma concepção linear de tempo, podendo também ser chamada de Escola rankeana dada a importância das produções do historiador Leopold von Ranke. Segundo Martins, o historicismo deve ser compreendido também como “uma reação a uma crise geral de orientação nas principais sociedades européias, que passavam abalos profundos da Revolução Francesa (...) e viviam o surgimento do novo papel social assumido pela burguesia” (p. 26), fatores que motivaram igualmente uma nova espécie de conscientização histórica em sintonia com essas transformações.

O correspondente francês do historicismo é a Escola Metódica, que também se inspirou nas proposições rankeanas. Esse modelo intenciona, segundo Guy Bourdê, “impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objectividade absoluta no domínio da História” (BOURDÊ, 1983, p. 97). Ou seja, um dos objetivos é tratar a História como uma disciplina científica, excluindo qualquer discurso ideológico, aceitando o uso de métodos rigorosos que controlem a sua produção. A organização épico-linear na escrita impera nesta proposta, acreditando-se que qualquer “mudança é sempre uma transformação de elementos antigos, nunca uma criação nova com todas as peças” (p. 101). Nessa concepção, o historiador deve se apagar completamente na produção do conhecimento histórico, tendo como função apenas procurar vestígios do passado. São esses vestígios, organizados em uma linha cronológica, que reconstruirão as realidades passadas, principalmente os relacionados aos fatos políticos considerados mais relevantes em dado contexto.

Há uma série de regras a serem seguidas nessas concepções reconstrucionistas da História. Primeiramente, o historiador não deve julgar o passado, mas “dar conta do que realmente se passou” (p. 114). A segunda regra diz respeito à imparcialidade do conhecimento histórico ao afirmar que não há nenhuma relação de interdependência entre o sujeito cognoscente – o historiador – e o objeto de conhecimento – o fato histórico. De acordo com a terceira regra, a História existe por si mesmo, com uma estrutura que não pode ser mudada. A quarta regra afirma que o conhecimento histórico ocorre de forma mecanicista e passiva. A última regra demanda do historiador a reunião um número suficiente de dados, organizados de modo a “deixar-se interpretar” (p. 114). Nesse sentido,

qualquer reflexão teórica se torna desnecessária, pois o importante é aplicar a metodologia estabelecida. O historiador deve seguir essas regras e deixar que a ordenação dos dados fale por si só sobre o passado.

Embora muitos dos seus pressupostos tenham se esgotado nos pressupostos teóricos atuais, retomando Martins, “é praticamente impossível afirmar com segurança que o historicismo tenha chegado ao fim de forma absoluta, pois a concepção de fundo da ciência histórica permanece inspirada por eles até hoje” (MARTINS, 2008, p. 27). O historicismo e a escola metódica são os modelos de maior difusão com respeito à História enquanto disciplina específica e que foram fundamentais na instituição da historiografia literária. E eles permanecem modelos basilares na História para os não-especializados.

Essas perspectivas foram fortemente criticadas pelos proponentes da Escola dos *Annales*. Marc Bloch e Lucien Febvre, entre outros, demonstram como essa visão historicista da História apenas dá atenção a documentos escritos, deixando outras fontes importantes à margem. Além disso, ao acentuar transformações ocorridas em um curto espaço de tempo, não conseguem apreender a vida das sociedades no seu âmbito mais estrutural. Outra crítica é que a história historicizante privilegia apenas fatos políticos, descartando erroneamente dados importantes como, por exemplo, os fatos econômicos, sociais e culturais. Esses modelos também têm problemas porque receiam “empenhar-se num debate, arrisca[m] raramente uma interpretação, renuncia[m] previamente a qualquer síntese” (BOURDÉ, 1983, p. 115).

A partir da Escola dos *Annales*, a disciplina História se abre para outros problemas, abordagens e teorias, desembocando na conhecida *la nouvelle histoire*. Esta perspectiva pode ser dividida em inúmeras fases e é entendida como “uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional (...) Será conveniente descrever este paradigma como ‘história rankeana’” (BURKE, 1992, p. 10). Dentro da História, de acordo com Peter Burke, o paradigma construcionista se mantém como central nas pesquisas historiográficas e se embasa em seis princípios que mais se contrastam com o modelo historicista. Assim, enquanto a história tradicional diz respeito essencialmente à história política nacionalista, a nova história se interessa por “virtualmente toda a atividade humana (...) Daí a expressão ‘história total’, tão cara aos historiadores dos *Annales*” (p. 11).

Enfatizam-se, com isso, todos os elementos relevantes para a constituição cultural de um determinado contexto, entendendo-se que a realidade é socialmente construída. Em relação à configuração escritural, a história tradicional é estritamente narrativa, enquanto a nova história privilegia asserções hipotético-dedutivas analisadas com base em dados quantitativos. Portanto, o foco deixa de ser a ordenação dos acontecimentos, sendo estes considerados, segundo o historiador Fernand Braudel, “não mais como a espuma nas ondas do mar da história” (p. 12). A terceira diferença diz respeito à história “vista por cima” tal como praticada na história tradicional, a partir da perspectiva dos vencedores, isto é, dos generais, presidentes, imperadores. Afinal, são eles que elaboram e/ou preservam os documentos tão caros a essa perspectiva. A nova história também se interessa pela opinião das pessoas comuns e pela sua experiência em relação às mudanças sociais. Nesse sentido, a quarta diferença deve-se ao hábito da história tradicional de se basear na análise de documentos essencialmente escritos e oficiais, enquanto a história nova se abre para avaliar vários tipos de evidências. E, em relação à análise desses fatos, enquanto a perspectiva tradicional busca uma motivação única e individual para eles, a nova história busca respostas plurais, além de se preocupar também com aspectos coletivos. Por último, a história tradicional é objetiva, tendo por pressuposto apresentar os fatos, e a nova história é mais subjetiva no sentido de acreditar que olhar do presente molda as perguntas a serem feitas ao passado.

Em síntese, quando se fala de produção de conhecimento em História, tanto o modelo tradicional quanto o da nova história são os principais. No senso comum, a disciplina ainda é vista por muitos como uma coleção de datas a serem memorizadas, geralmente ligadas a fatos políticos e ordenadas em forma linear progressivista. Nesse sentido, pode parecer para quem não conhece a disciplina que os historiadores são ingênuos, acreditando na verdade dos fatos. Por outro lado, institucionalmente como área específica de conhecimento, o modelo da história nova continua sendo o mais privilegiado.

O fato é que as discussões dentro desses modelos ainda se centram sobre a cientificidade da história. Tende-se a questionar quais são os métodos mais adequados, as principais fontes, como analisar essas fontes. Todavia, como afirma Lloyd Kramer, a História enquanto disciplina que pretende re-apresentar as

realidades passadas, lida com determinadas convenções de escrita e de metodologia (KRAMER, 2001). Após a virada histórica, as questões sobre o produto final, isto é, a escrita dos resultados obtidos após o levantamento, seleção e a análise de fontes, têm sido amplamente discutidas e alternativas de escritas vêm sendo propostas, enfatizando essa “grafia” da História como parte igualmente integrante e relevante dessa disciplina. Encontra-se, assim, uma nova fase na historiografia, cujos questionamentos criam dúvidas sobre o futuro da disciplina.

4.

As críticas feitas à história historicista, também conhecida como história factual, reverberam na sua organização narrativa. Segundo Chartier:

o repúdio da história factual não significou absolutamente o abandono da narrativa. O que é uma boa maneira de dizer que os historiadores, assim como os outros, nem sempre fazem o que pensam fazer e que as rupturas orgulhosamente reivindicadas mascaram com frequência continuidades ignoradas. (CHARTIER, 2002, p. 14).

As críticas à tradicional forma de escrita narrativa impulsionaram a proposta de uma escrita de cunho mais analítico e estrutural, como proposto pela nova história. Contudo, Chartier considera que essa mudança não foi tão drástica, pois a narrativa continua sendo um modelo ordenador na produção historiográfica. Nesse sentido, o historiador trata das duas principais formas de se escrever História: a história factual ou narrativa e a história estrutural. A história factual é mais ligada à forma narrativa de ordenar os fatos em uma progressão cronológica. São traçadas as grandes rupturas e transformações passadas, tendo como modelo básico a narrativa biográfica ou política (FURET, 1980, p. 81). Nessa perspectiva, acredita-se que a integração do acontecimento numa rede permite dar credibilidade e coerência ao que está sendo narrado. Nesse sentido,

toda a história-narrativa é uma sucessão de acontecimentos-origens, que podemos chamar, se quisermos, de evenemencial; toda a história evenemencial é teleológica: só o fim da história permite escolher e compreender os acontecimentos com que ela é tecida (FURET, 1980, p. 83).

Essa concepção de História foi revista e é muitas vezes renegada pelos historiadores profissionais. A visão de historiadores como “contadores de histórias” foi substituída pela de profissionais envolvidos na elaboração de hipóteses sobre as realidades passadas. Quanto ao surgimento da história-problema como alternativa para a história narrativa, François Furet fala de uma “evolução recente da historiografia [que] é o recuo definitivo dessa forma de

história, sempre florescente ao nível de produções de grande consumo, mas cada vez mais abandonada pelos profissionais da disciplina” (p. 84). Para esse autor, a renúncia à história narrativa se deve a determinados pressupostos, tais como: uma consciência de que o historiador constrói seu objeto de estudo, de que não há mais preocupação apenas com os acontecimentos singulares, de que a fonte passa a ter a função de comprovar as hipóteses elaboradas e de que a conclusão desse trabalho está ligada aos procedimentos de verificação. A crise no pensamento progressista impede a permanência de uma história teleológica, assim como igualmente a influência difusa do marxismo e de outras disciplinas como a Antropologia, por exemplo, e o impacto da informática (p. 84-85). Para Furet, “a história conceptualizante é provavelmente superior, do ponto de vista do conhecimento, à história-narrativa porque substitui a inteligibilidade do passado em nome do futuro por elementos de explicação explicitamente formulados” (p. 96-7). A história estrutural, história-problema ou história conceptualizante, através das inúmeras quantificações e análises propostas, garantiria o caráter científico da História nessa perspectiva.

Peter Burke em seu livro *O que é história cultural?* esclarece que há uma rejeição por parte dos historiadores sociais radicais do modelo narrativo de produção historiográfica por associá-lo a uma “ênfase excessiva sobre os grandes feitos de grandes homens, à importância de indivíduos na história e especialmente à supervalorização da importância dos líderes políticos e militares em detrimento dos homens – e mulheres – comuns” (BURKE, 2008, p. 157-8). Contudo, ele ressalta um renascimento da história narrativa, mas trazendo à tona a história de grupos que tiveram sua memória obliterada da história oficial mais tradicional. Assim, segundo o historiador “o interesse histórico pela narrativa é, em parte, um interesse pelas práticas narrativas características de uma cultura particular” (p. 158). É preciso notar que essa retomada da narrativa não é feita de modo simplório, servindo apenas como uma reunião de anedotas sobre determinado grupo, mas “oferecem pistas importantes para o mundo em que foram contadas” (p. 158). Não há o interesse em prover “retratos” desses contextos culturais, mas analisar como e em que momento tais narrativas são contadas, verificando quais são seus objetivos.

A partir da conscientização por parte do historiador da relevância da escrita na construção do conhecimento em História, verificou-se que tanto as configurações narrativas quanto as estruturais precisavam ser reavaliadas. Por um lado a história factual dá a ilusão de objetividade, por mostrar os fatos “tais como ocorreram” e não consegue formular uma síntese explicativa. Por outro lado, a história-problema, por se focar na apresentação de dados para a sustentação de uma hipótese, não consegue captar muitas das nuances presentes na(s) realidade(s) passada(s), possibilitando apenas uma visão rasa do que foi vivido por homens e mulheres. São necessárias novas formas de escrita, assim como repensar as metodologias de pesquisa atuais, já que há uma interseção entre essas operações, principalmente após entender a escrita como elemento crucial na operação historiográfica. Mais uma vez é necessário ressaltar que a presença da história-problema como alternativa de escrita de História não promoveu o desaparecimento da narrativa, coexistindo ambas as formas, até mesmo em um único texto.

5.

Embora Roger Chartier considere que toda a produção escrita em História se organize em forma de épico-narrativa, nem toda escrita nesse campo pode ser enquadrada predominantemente nesse modelo. Como visto, emerge com as discussões sobre método e a visão construcionista de história uma escrita estrutural, centrada na construção de hipóteses. As histórias narrativas são desvalorizadas na perspectiva de muitos historiadores profissionais contemporâneos. A ordenação simples de datas se assemelha a produção feita em sites como a Wikipédia, os quais não fornecem conhecimento relevante para esse grupo especializado. Para eles, essa perspectiva narrativa mais tradicional lembra apenas uma “contação de história” que não contribui de forma efetiva para a construção de conhecimento na disciplina. Na busca pela cientificidade, inserem-se novos elementos mais descritivos na escrita, como séries, estatísticas e dados. Contudo, apesar das críticas em torno do modelo narrativo, Hobsbawm tem um interessante diálogo com Lawrence Stone sobre o seu retorno e o motivo para que tal fato tenha ocorrido.

Segundo Stone, a volta para a narrativa se deve a um declínio da história científica generalizante de cunho estrutural. Para Hobsbawm, discordando da posição desse autor, a nova narrativa também busca uma síntese explicativa, e, nesse sentido, se diferenciaria da narrativa tradicional. Por isso seu retorno não estaria vinculado apenas às críticas feitas ao modelo estrutural. A volta da narrativa, para Hobsbawm, é reflexo de mudanças no campo da História tais como o alargamento do objeto através da “história social”; a necessidade de novas técnicas de apresentação dos dados, recorrendo mesmo a antigas técnicas de literatura; sucesso dos novos historiadores com deliberada simplificação da metodologia, investindo no estudo das mentalidades. As considerações que Hobsbawm faz sobre a proposição de Stone são bem contundentes e demonstra como o mapeamento das mudanças ocorridas na história é importante “para descobrir para onde estão indo os historiadores” (HOBBSAWM, 1998, p. 206). E um argumento equivocado sobre a razão para essas mudanças na configuração escritural da disciplina resultariam em um diagnóstico igualmente errôneo.

Outro autor que também trata da narrativa é Peter Burke, que em seu texto “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa” analisa o grau de narrativa – no sentido dos fatos enumerados – em algumas historiografias contemporâneas. Segundo esse autor, já no Iluminismo se atacava a pressuposição que a História deveria ser uma narrativa, crítica que tomou consistência no século XX, uma vez que o historiador deveria em vez de narrar, analisar as estruturas de determinado contexto sócio-histórico, conforme descrito anteriormente. A narrativa histórica vem se tornando objeto de análise para Burke dentro do embate entre historiadores que acreditam que a História é análise de estrutura contra aqueles que a vinculam à narração de acontecimentos. Enfatiza que os historiadores desses dois campos diferem “não apenas na escolha do que consideram significativo no passado, mas também os seus modos preferidos de explicação histórica” (BURKE, 1992, p. 332). O debate que interessa a esse historiador, baseando-se nas discussões presentes nos Estados Unidos na década de 1960, não é sobre “escrever ou não escrever a narrativa, mas com o problema do tipo de narrativa a ser escrita” (p. 334). Ele observa os desafios propostos pelas narrativas ficcionais modernas - como de Joyce, Proust e Virginia Woolf, - entendendo que tais desafios são possíveis não porque o historiador deve estar

atento às tendências mais modernas de escrita, mas porque as velhas formas já se mostraram insuficientes. A preocupação com a escrita surge porque a História não se relaciona com o que de fato ocorreu, devendo estar atenta às formas de comunicação. Assim, os narradores históricos “necessitam encontrar um modo de se tornarem visíveis em suas narrativas, não de auto-indulgência, mas advertindo o leitor de que eles não são oniscientes ou imparciais e que outras interpretações, além das suas, são possíveis” (p. 337). Nessa concepção, Burke apresenta alguns modelos de novas narrativas históricas, como uma tentativa do historiador de manter a sua produção coerente com os debates correntes ao vinculá-la também à forma de descrição.

Marshall Sahlins propõe unir a perspectiva estrutural com a acontecimental. Em seu texto *Ilhas de História* afirma haver uma “existência e interação dual entre a ordem cultural enquanto constituída na sociedade e enquanto vivenciada pelas pessoas, a estrutura na convenção e na ação, enquanto virtualidade e enquanto realidade” (SAHLINS, 1990, p. 9), ou seja, é indissociável a ordem cultural da historicidade. A estrutura cultural tem uma dimensão performática, que admite mudança em seu interior na tentativa de assimilar as contingências; e uma dimensão prescritiva, que condiciona as práticas sociais. A síntese da estrutura e do evento resulta na “estrutura de conjuntura”, definida como “a realização prática das categorias culturais em um contexto histórico específico, assim como se expressa nas ações motivadas dos agentes históricos, o que inclui a microssociologia de sua interação” (p. 15). Nesse horizonte, separar a ordem estrutural da ordenação factual tornaria o conhecimento histórico incompleto. Marshall Sahlins é um antropólogo que contribui contundentemente na História e que busca vincular esses dois campos. Tributário de Braudel e sua visão tripartida da dimensão temporal, Sahlins repensa o tempo em sua curta, média e longa duração. Na análise de Aletta Biersack, o antropólogo demonstra o papel produtivo da estrutura numa história, uma vez que a entende como culturalmente ordenada. Assim a dicotomização entre evento e estrutura deveria ser abolida em prol de uma visão convergente das duas abordagens. Seu livro *Ilhas de história*, longe de ser apenas um estudo de caso, é entendido na perspectiva de Biersack como uma análise da própria história ou a “maneira como os sistemas tendem a mover-se” (BIERSACK, 2001, p. 124). O

fascínio pelo ensaio de Sahlins ocorre por ele conseguir demonstrar como a “relação entre a região e o globo é melhor concebida (como tudo o mais) em termos dialéticos, no que diz respeito ao modo como cada um é mediador na reprodução e transformação do outro” (p. 125).

6.

O debate sobre a configuração escritural de um texto histórico, privilegiando um modelo estrutural ou um modelo narrativo, não se restringe à questão de estilo. Uma determinada forma de escrita é escolhida em comparação a outra em função da convicção quanto ao modo adequado de construir o conhecimento histórico¹. A partir das viradas histórica e linguística, a História passa por discussões que atingem de forma contundente o seu *status* cognitivo, processo conhecido como o “despertar epistemológico”, em que, como afirma Heidrun Olinto, há um foco “sobre as próprias condições da produção de saber (...) a vontade de uma autorreflexão sobre a tarefa do historiador no mundo atual” (OLINTO, 2012, p. 2). E, nesse contexto, o modelo estrutural que se encaixava em uma crença da História como ciência construtiva de determinado conhecimento sobre as realidades passadas, passa a ser questionado.

A retomada do modelo narrativo ocorre de forma crítica, principalmente após a percepção de que a escrita também tem relevância na produção em História. Na perspectiva de Roger Chartier,

os historiadores sabem bem hoje em dia que também são produtores de textos. A escritura da história, mesmo a mais quantitativa, mesmo a mais estrutural, pertence ao gênero da narrativa, com o qual compartilha as categorias fundamentais. Narrativas de ficção e narrativas de história têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus “personagens”, uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de causalidade (CHARTIER, 2002, p. 14).

Chartier sustenta que, mesmo após as críticas feitas à escrita factual, a organização narrativa ainda se fez presente na disciplina. Contudo, como bem afirma Peter Burke, “se a história popular permanecesse fiel à tradição narrativa, a história acadêmica tornar-se-ia cada vez mais preocupada com os problemas e com as estruturas” (BURKE, 1992, p. 328). Ficando claro um retorno da narrativa

¹ É preciso sempre ressaltar que essa dicotomia tem fins didáticos e que um texto não é apenas narrativo ou estrutural, mas a combinação de ambas as formas embora uma delas seja privilegiada.

na produção de textos de História na atualidade, é preciso investigar mais detalhadamente a razão de seu abandono.

Ao se pensar sobre a narrativa na História, é preciso refletir sobre a sua capacidade cognitiva. Nesse aspecto, Wolfgang Holdheim tem um importante ensaio chamado “Narrativity as knowledge”, em que o autor afirma: “My title, nevertheless, might raise some eyebrows” (HOLDHEIM, 1984, p. 227), espantando alguns leitores por unir narratividade e conhecimento. Isso ocorre, pois uma possível conexão dessas duas esferas

clashes with a venerable tradition of aestheticism, which would hold that aesthetics (born in the eighteenth century as a separate discipline) has no commerce with epistemology. The work of art is a self-enclosed domain, without relation to knowledge or reality (HOLDHEIM, 1984, p. 227).

E com a separação entre estética e epistemologia, a narrativa que tem grande força no sistema literário, é renegada na História em sua ânsia pela cientificidade.

Mesmo tratando da narrativa, o foco do teórico não é analisar técnicas de retórica usadas no texto através de uma abordagem quantitativa. Seu objetivo é verificar como a narrativa ocorre no conhecimento histórico, pois “reality is not so easily expelled from narrative discourse; the historical dimension is so deeply embedded in the roots of narrative that it takes strong measures to eradicate it” (p. 229). Ou seja, compreender a narrativa como algo além da realidade, excluindo qualquer possibilidade de conexão com a epistemologia não é totalmente possível, pois a realidade se liga com o discurso narrativo e a História, por consequência, não consegue expulsar totalmente a narrativa de seu campo. A sua hipótese é que a crise da História se deve justamente a essa separação entre narrativa e conhecimento sabendo que “history is, supposedly, nothing but a rhetorical construct shorn of any conceivable correspondence with any conceivable reality” (HOLDHEIM, 1984, p. 229). Assim, a questão chave, ao se perceber a relação entre História e escrita é saber: “is history a genuine form of cognition, perchance a science, or is it a mere art?” (p. 229).

Para Holdheim, cada evento é experienciado como uma totalidade de memórias seletivas e expectativas de interpretação e referências. A sua concepção de tempo é vista como uma série de nódulos representantes de ações complexas dissimilares. O autor faz uma crítica ao abandono da História totalizante, pois sem

a noção de um único mundo histórico, “there would be no such thing as historicity” (p. 245), entendendo historicidade como conceito fundamental.

Holdheim acredita que a narrativa tem como força a possibilidade de atualizar a experiência (p. 252), pois é a melhor forma de se obter uma imagem da vida. sendo que a singularidade da narrativa histórica é a sua possibilidade de reunir vários tipos de narrativas como as de ficção, por exemplo (p. 255). Uma contribuição importante é sua referência às teorias de Wolfgang Iser, percebendo que o texto histórico se realiza na leitura (p. 261).

Ele aponta a impossibilidade de separar estética do conhecimento (p. 264), propondo como definição mais ampla de fenômeno estético

that interplay between openness and closure, between becoming and being (...) The core of the aesthetic experience lies in this very reassertion. Each time I reread, the web of detemporalizing cross-references emerges as more finely woven, yet each time expectation is reestablished by the aesthetically proficient reader, and his or her interest is intensified (HOLDHEIM, 1984, p. 265).

Assim, o fenômeno estético, tal como propõe Iser nessa apropriação feita por Holdheim, manifesta-se em sua leitura, no modo como é apropriado pelo leitor, tendo ele papel ativo na construção de significados.

A narrativa escrita, em sua concepção, é “a mirroring mimesis of the movement of life itself” (p. 265), já que o teórico acredita na capacidade da narrativa de atualizar a experiência de vida. Nesse sentido, ela tanto clarifica quanto expande o entendimento. A natureza mimética está no movimento do leitor de ser ao mesmo tempo observador do que está sendo narrado e agente ao fazer conexões com as realidades extranarrativas. E essa proposição o leva a crer que a vida humana é quintessencialmente histórica, pois é imanente na situação histórica ao mesmo tempo em que pode transcender determinada situação ao ter consciência de sua natureza histórica (p. 266).

O autor ainda ressalta que factualidade e ficcionalidade são ideias ao mesmo tempo complementares e contrastantes. Entretanto, para todos os efeitos, o estabelecimento de fatos não é o centro da escrita em História, mas

it is only the practical expression of the factual attitude. And this attitude does not transform the basic structure of narrative understanding, which remains an elucidatory expansion of horizons. We still have primarily a story, not an annal; the factual urge brings about no more than shifts in emphasis (HOLDHEIM, 1984, p. 267).

O que distingue um texto de ficção de um texto histórico é a atitude do leitor perante o que está sendo lido, pois a acentuação de se tratar de fatos empíricos ou

fictícios não modifica a estrutura narrativa. Contudo, Holdheim ressalta que a História não é uma invenção livre e é por isso que não pode se adequar às modernas técnicas de escrita.

Obviamente, Holdheim não é o único empenhado em refletir sobre a natureza cognitiva da narrativa. Em sua análise, a narrativa possui tarefa central em produzir conhecimento ao atualizar a experiência humana, ao trazer novas possibilidades de vivência aos leitores desses textos. A diferença entre uma narrativa histórica e uma ficcional está na atitude do leitor para com o texto e não em características intrínsecas a ele. A já citada pensadora Verónica Tozzi também se debruça sobre questões relacionadas à cognitividade da História através do modo com que ela usa a linguagem (TOZZI, 2009, p. 16). Em sua abordagem, no século XX, as preocupações fundamentais da disciplina eram o seu *status* científico, sua estrutura e a justificação das explicações dadas pelos historiadores acerca do passado (p. 17). Muitas vezes, certas explicações pautadas em leis gerais para os fenômenos eram construídas, resultando em explicações arbitrárias. Contudo, a partir dos anos 1970, ela identifica uma nova fase na filosofia crítica da história. Substitui-se a noção de explicação para dar conta do fenômeno histórico pela ideia de narração. Assim, “la pregunta por la estructura adecuada de las explicaciones dadas por el historiador es reemplazada por la cuestión del *status* epistemológico de los relatos históricos” (p. 21). Nesse sentido, um dos destaques é entender “las limitaciones epistémicas de un discurso tan estrechamente emparentado con la literatura y con el lenguaje ordinario” (p. 22).

Uma das críticas ao uso da narrativa é a impossibilidade de criar leis gerais, pois é a própria organização sequencial que proverá um determinado conhecimento sobre as realidades passadas. Segundo Tozzi,

muchas de ellas concuerdan en cuanto a que para una efectiva dilucidación de la narrativa como instrumento cognitivo debe atenderse al lenguaje específicamente histórico y a la práctica historiográfica real, las consecuencias epistemológicas a las que llegan no son las mismas (TOZZI, 2009, p. 25).

O que é interessante na proposição de Tozzi é a consciência de que “la restauración narrativa no es ni epistémica ni políticamente neutral frente a la práctica histórica concreta, esto es, también pretende, a su manera, recomendar la mejor forma de hacer historia” (p. 25), uma vez que o historiador se propõe a um

enfoque pragmático de analisar o passado através da combinação de evidências documentais e relatos significativos.

O esgotamento identificado pela teórica em se conectar a História com as outras ciências naturais, justamente pela impossibilidade de se criar leis gerais, cria duas consequências. A primeira delas é que tal proposição desafia a autoridade do historiador enquanto construtor de conhecimentos acerca das realidades passadas. A segunda consequência é a emergência de escritas alternativas à tradicional. Contudo, paralelamente a esse questionamento sobre a História, “podemos constatar también desde los ’70 um auge por historicizar todos los âmbitos de nuestra vida contemporánea” (p. 27). Nesse sentido, há uma situação paradoxal que propõe uma dupla tarefa para quem se interessa pelo assunto: “la *primera* consiste em reflexionar acerca de la finalidad perseguida em estas historizaciones, esto es, acerca de los intereses que subyacen a la construcción para nuestro presente” (p. 27). Já a segunda tarefa consiste em “reflexionar acerca de los criterios de evaluación de dichas historicizaciones” (p. 27), investigando sobre as diferentes estratégias argumentativas possíveis no campo.

O objetivo da autora, nesse contexto, é mostrar como uma nova filosofia de história, representada na análise dos autores Arthur Danto, Louis Mink, Hayden White e Frank Ankersmit, pode lidar com as críticas tanto interna quanto externa feitas à historiografia “disciplinar” e manter-se como instrumento cognitivo do passado, mesmo que tenha que abrir mão da assepsia científica (p. 28). A escolha por esses quatro pensadores se deve pela reflexão empreendida por eles sobre a relação entre a narração e conhecimento, narração e verdade, narração e realidade, privilegiando os procedimentos utilizados de construção de uma representação histórica (p. 30).

Arthur Danto contribui no debate devido às suas reflexões acerca da linguagem histórica e, em consequência, da narrativa histórica, questionando-se sobre a relação entre a linguagem e a realidade históricas. Louis Mink proporciona uma interessante análise sobre a “configuração narrativa” como instrumento cognitivo autônomo. Hayden White se ocupa sobre a escrita histórica como um texto, analisando-a através das teorias do discurso e da literatura. Sua intenção é de elucidar os procedimentos de construção de uma representação realista das

realidades passadas. Para finalizar, Ankersmit se concentra sobre a noção de narração histórica em termos de representação, tendo por base a teoria estética para iluminar sua relação com a realidade.

Após aprofundada análise, Tozzi conclui com “la evaluación de las consecuencias para la práctica historiográfica que se derivan de aquellas teorías históricas (Nuevas Filosofías de la Historia) que hacen del lenguaje histórico su objeto de análisis” (p. 167). Ela mostra como há uma busca por respostas epistêmicas e politicamente mais eficazes aos problemas suscitados em torno da legitimidade da representação histórica. Uma das motivações para essas mudanças na área é a demanda dos grupos representantes de certas minorias de se verem representados na História. Ou seja, identifica-se uma atitude aparentemente paradoxal sobre a historiografia, pois há por um lado uma “bienvenida proliferación de movimientos políticos y civiles em demanda de reconocimiento y legitimidad de ‘nuevas’ y olvidadas identidades” (p. 169) que exigem que se reconstrua a percepção das realidades passadas. E, por outro, “cuanto más urgentes los reclamos de representación histórica, más se ponen en duda los instrumentos y los recursos para llevar a cabo dicha historización” (p. 169). Ou seja, é preciso perceber que “el cuestionamiento tiene una doble dimensión: política e epistémica” (p. 169). Por sua característica tanto estética quanto política, a interpretação histórica não resolveria seus conflitos se pautando em uma análise pré-textual (p. 175). Nesse sentido, a solução apontada por Tozzi, baseando-se nas proposições de van Fraassen, é estabelecer critérios pragmáticos sobre a funcionalidade da investigação histórica e da historização das políticas de identidade. Sem dar uma palavra final sobre o assunto, ela conclui que todas esses debates e a situação paradoxal pela qual a História passa só estimulam a emergência de “más preguntas, más debates, más investigación y renovadas reescrituras del pasado” (p. 194).

Linda Hutcheon também apresenta uma reflexão sobre a narrativa na representação do passado. O seu artigo “Re-presenting the past” se inicia com a constatação de que a narrativa ocorre através de um processo de construção, ou seja, não é algo dado e natural (HUTCHEON, 2001, p. 62). Ela ressalta como essa narrativização da realidade acaba por dar um fechamento ao processo em análise, criando uma coerência e continuidade, inserindo-se no desejo de totalização do

passado. Contudo, esse pressuposto é revisto a partir dos anos 1960, como aparece no romance pós-moderno. O questionamento acerca de como a narrativa é construída, a sua capacidade de totalização e dúvidas acerca da representação, reflete na História ao se pensar “whether the historian *discovers* or *invents* the totalizing narrative form or model used” (p. 64). O que fica latente é que tanto se for inventado ou descoberto, envolve-se a imaginação e o artifício na construção do conhecimento histórico e é essa a questão que a metaficção historiográfica coloca para a História.

Um dos problemas mais significativos nessa concepção de narratividade como sequência ordenadora e totalizante é o questionamento sobre a noção de continuidade. E nesse sentido, enquanto a história narrativa mostra uma homogeneidade, a metaficção historiográfica constrói histórias no plural. Partindo disso, “the narrativization of past events is not hidden; the events no longer seem to speak for themselves, but are shown to be consciously composed into a narrative” (p. 66). O fato é que, como assinala Lyotard na análise de Hutcheon, a narrativa é “the quintessential way we represent knowledge and this explains why the denigration of narrative knowledge by positivistic science has provoked such a strong response from so many different domains and points of view” (p. 67).

Comparando a ficção com a História, Hutcheon demonstra como a escrita de eventos históricos impõe certas restrições, como por exemplo, a restrição cronológica, pois os fatos terão que ser ordenados respeitando determinada datação (p. 68). Uma das questões na ficção pós-moderna, nesse sentido, é a relação entre presente e passado e como ela se transforma em conhecimento na História. Ressalta-se uma tensão existente “between the pastness (the absence) of the past and the presentness (and presence) of the present (...) between the actual events of the past and the historian’s act of processing them into facts” (p. 73). Alguns textos pretendem subverter conscientemente a ordem do “then and now”, propondo uma profunda descontinuidade anacrônica. E, na História, esse processo de conhecer o passado é entendido como um ato de interpretação e construção, em que os eventos brutos são transformados em fatos após sua narrativização.

O processo de reflexividade sobre o ato da escrita leva a duas consequências básicas. A primeira é a conscientização de que não é possível separar os fatos de sua interpretação e a segunda é o entendimento de que o fato é

construído tendo por base o contexto do historiador. E, nesse sentido, emerge a diferenciação entre evento, que é a matéria bruta, e fato, eventos interpretados e narativizados. O romance pós-moderno se centra em como os eventos são transformados em fatos, questionando a oposição entre fato e ficção (p. 76).

Essa concepção de que o conhecimento do passado é feito através dos traços textualizados torna tanto o texto de história quanto o de metaficção historiográfica como uma complexa relação intertextual. Mas é preciso perceber que “to say that the past is only *known* to us through textual traces is not, however, the same as saying that the past is only textual, as the semiotic idealism of some forms of poststructuralism seems to assert” (p. 81). Os eventos do passado existem, apenas o seu conhecimento que precisam da mediação dos textos, ou seja, “past events are given *meaning*, not *existence*, by their representation in history” (p. 82).

Conclusões sobre a relação entre História e narrativa ainda não podem ser tiradas. Percebe-se que há uma variedade de perspectivas que norteiam essa discussão, mas algumas questões precisam ser ressaltadas. Primeiramente, a crença de que a História enquanto disciplina se caracteriza pela narrativização do passado. Por mais que a Escola do *Annales* critique a narrativa como forma de construir conhecimento, optando pela forma estrutural, a percepção corrente demonstra como a narrativa permaneceu sendo chave para essa disciplina. Contudo, não se trata de uma narrativa baseada numa fórmula épico-linear. Como ressalta Heidrun Olinto (2012), os debates em torno da narrativa ressignificaram o uso desse termo pela emergência de uma nova concepção temporal que subverte a sequencialidade linear em favor de um tempo múltiplo. Entre os simpatizantes do retorno à narrativa estão aqueles que

tendo acompanhado as transformações da estrutura narrativa na literatura – do romance realista e do romance modernista ao romance pós-moderno –, suspeitavam encontrar nela soluções sugestivas e poderosas para a escrita da história (da literatura) e revelaram ainda, experiências de intermediação em benefício, especialmente, de questões levantadas pelos micro-historiadores com respeito à sua relação com a macro-história (OLINTO, 2012, p. 6).

Ou seja, é preciso sempre pensar sobre a concepção de narrativa que norteia essas reflexões, pois como ressalta a autora, muitas das discussões são criadas por uma indefinição desse termo. Entende-se, nessa perspectiva, que quando se trata de narrativa no contexto contemporâneo, há uma concepção complexa, no qual se

envolve a construção do objeto de análise através de sua textualização assim como uma configuração temporal que articula as suas diversas durações, dos eventos rápidos com os estruturais. Outro fator para a ressignificação da narrativa é a conscientização de que o conhecimento é construído através de elaborações feitas pelo historiador. Não há uma experenciação empírica dos fatos a serem narrados – com exceção da História do tempo de presente – que possibilita a vivência dos fatos. O historiador recolhe vestígios que serão analisados e organizados a fim de prover conhecimento sobre determinado período. E é essa impossibilidade de experenciação que separa a História das outras ciências. Não é possível fazer experimentos que comprovem a hipótese defendida. O texto é o próprio experimento, com a elaboração de argumentos e apresentação de dados que corroborem para a plausibilidade do que está sendo defendido. E essa conscientização abala a confiança em uma concepção mais fechada de ciência histórica.

7.

Outra chave para se pensar acerca do questionamento sobre a narrativa como organizadora do conhecimento relativo ao passado está na ressignificação da ideia de tempo histórico. Tendo por base uma perspectiva diacrônica a fim de evitar discussões filosóficas mais aprofundadas, percebe-se como os debates em torno da plausibilidade e eficiência da configuração linear de tempo modificam o modo com que a narrativa é construída. O sociólogo Krishan Kumar sintetiza de forma elucidativa as diferentes perspectivas sobre a concepção de tempo no mundo Ocidental. Primeiramente, ele demonstra como o tempo linear advém do pensamento cristão, pois ele

derrubou a concepção naturalista do mundo antigo, segundo o qual o tempo era visto no espelho da mudança cíclica das estações, na alternância interminável entre dia e noite, ou nos ciclos reprodutivos de nascimento, morte e novo nascimento (KUMAR, 1997, p. 107).

Na perspectiva antiga, o tempo era concebido como regular e repetitivo e, nesse sentido, havia mudança, mas não novidade. Com a crença na vinda de Cristo, o tempo passou a se concentrar em um evento único e incomparável, passando a

privilegiar a dimensão futura da história² humana através de uma visão escatológica da história. O autor argumenta que o nosso entendimento de modernidade centra-se nessa perspectiva da filosofia cristã de história, em que o tempo foi retirado da esfera natural e foi humanizado, passando a ser concebido como linear e irreversível, contrariando a visão cíclica e de recorrências da antiguidade. Essa mudança decorre, pois

O cristianismo conta uma história com um começo (a criação e o pecado original), um meio (o advento de Cristo) e um fim (o Segundo Advento) – e insiste nessa ordem necessária de eventos. Simultaneamente, inverte a cronologia e interpreta a história de frente para trás, a partir de seu ponto final. É orientada para o futuro (KUMAR, 1997, p. 108).

Assim, o presente é saturado com um senso de expectativa, voltado para o que ocorrerá no futuro. Contudo, embora a filosofia cristã tenha modificado a concepção de tempo, ela ainda privilegiava o tempo da eternidade divina. Apenas na Renascença que se mostrou interesse pela história secular em vez de apenas focar na história sagrada. Mas é na modernidade, advinda com a Revolução Francesa, que o tempo passa a ser concebido pela ideia de continuação ininterrupta de novas coisas. Principalmente os pensadores alemães de fins do século XVIII e princípios do XIX, como Lessing, Fichte, Schelling e Hegel, transformaram a religião cristã em filosofia secular de história. Assim, “a história, segundo eles, é um processo de revelação progressiva e auto-realização do espírito humano” (p. 120). Esse período é marcado pela História e progresso, verdade e liberdade, razão e revolução, ciência e industrialismo, mas começa a ser questionado com a reação cultural que se inicia em fins do século XIX conhecida como modernismo.

É essa concepção linear de tempo que norteia a escrita da história tradicional e sua organização narrativa. Como assinala Braudel, ela está atenta ao tempo breve, dos acontecimentos e “habituou-nos à sua narrativa precipitada, dramática, de curto fôlego” (BRAUDEL, 1992, p. 44). Mas o historiador ressalta a existência de temporalidades diferentes e coexistentes, sendo que “todo trabalho histórico decompõe o tempo decorrido, escolhe entre suas realidades cronológicas, segundo preferências e opções exclusivas mais ou menos

² Aqui história não tem sentido de área de estudo, mas encadeamento de fatos.

conscientes” (p. 44). Assim, além do tempo de curta duração, há o tempo conjuntural, de médio prazo, mas que não consegue alcançar a importância dos eventos estruturais de longa duração, foco de uma perspectiva de História renovada, que percebe a importância das estruturas para se entender as realidades passadas. O tempo curto ficaria como base para cronistas e jornalistas, preocupados com “os medíocres acidentes da vida ordinária” (p. 45). A abertura da História para o tempo de longa duração permitiu a expansão de seu campo de atuação para outros questionamentos, como a história das religiões, das instituições e a arqueologia. O historiador ressalta que a ruptura com as formas tradicionais de historiografia não resultou em um abandono do tempo curto, mas uma alteração do tempo histórico tradicional que deixa de ser visto como uma “soma de dias” (p. 47) para um tempo que ele considera “elevado à altura de uma explicação onde a história pode tentar inscrever-se” (p. 48). De qualquer forma, Braudel vê como erro escolher “uma dessas histórias com exclusão das outras” (p. 53), embora ele perceba não poder haver uma sincronia perfeita entre as diversas temporalidades.

Enquanto Braudel se preocupa com o entendimento do tempo histórico na disciplina, para Gumbrecht há uma mudança também em relação ao tempo vivido. Para ele, há uma coexistência do tempo linear e uma nova forma de entendê-lo na perspectiva de uma “expansão do tempo presente” (GUMBRECHT, 2002). Baseando-se nas concepções de Koseleck, ele afirma uma transformação da ideia de “tempo histórico linear”, em que havia uma assimetria entre passado e futuro, embora se pudesse aprender com esse passado de eventos que não poderiam se repetir. Nesse sentido, o presente é experienciado como um momento de transição, cujas transações seguem uma linha progressiva. Atualmente, o futuro já não possui mais a imagem de grandes inovações e descobertas, criando uma experiência de presente acumulado, incorporando “passados que a cultura ocidental, há muito, parecia ter descartado” (p. 66). Há um tempo de simultaneidades em que não se distingue mais passado do presente e futuro. Nesse sentido, escrever na disciplina História ainda seguindo o modelo linear é visto como problemático para o teórico, que propõe elaborar textos históricos seguindo outros parâmetros. O problema é que a escrita épico-linear se vê debatida dentro desse contexto tanto em relação à sua funcionalidade na construção de

conhecimentos quanto pelo seu diferente entendimento do tempo, que questiona o sua lógica progressiva.

8.

Ao se pensar na escrita de História, ainda mais tendo em mente todas as discussões em torno da narrativa, logo se poderia remeter ao debate sobre a relação entre História e literatura. Em seu conhecido texto *Meta-história*, Hayden White propõe, tendo por *corpus* a produção de alguns historiadores e filósofos da história do século XIX, analisar a História através de seu produto final, da escrita legada pelos historiadores uma vez que trata o trabalho histórico como “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (WHITE, 1992, p. 11). Para o autor, as histórias são uma combinação de “certa quantidade de ‘dados’, conceitos teóricos para ‘explicar’ esses dados em uma estrutura narrativa que os apresente como um ícone de conjuntos de eventos presumivelmente ocorridos em tempos passados” (p. 11). O conteúdo veiculado é visto como, “em geral”, poético e, especificamente, linguístico.

White se propõe a dividir os autores elencados para o seu estudo em uma “tipologia de estilos historiográficos”, afirmando que há três formas de o historiador alcançar uma “impressão explicativa”. A primeira é através de argumentos formais, a segunda, por elaboração de enredo e a terceira, por implicação ideológica. E em cada um de seus modelos é possível identificar quatro possíveis formas de articulação. Assim, para a primeira forma há os modelos do formismo, do organicismo, do mecanicismo e do contextualismo; para a segunda forma, modelos do romanesco, da comédia, da tragédia e da sátira; e para a terceira forma, a anarquia, o conservantismo, o radicalismo e o liberalismo. A combinação de cada forma com cada modelo cria um estilo historiográfico específico. Seu argumento, nesse sentido, fundamenta que “o modo tropológico dominante e seu concomitante protocolo lingüístico compõem a base irreduzivelmente “meta-histórica” de todo trabalho histórico” (p. 13).

Uma das bases para a crítica de White sobre a História enquanto ciência é a falta de rigor para que um historiador selecione um modelo em contraposição a outro. Na sua perspectiva, o historiador tenderá a escolher

um ou outro dos diversos tipos de explicação, no nível de argumentação, da elaboração do enredo ou da implicação ideológica, em resposta aos imperativos do tropo que informa o protocolo lingüístico que tiver usado para prefigurar o campo de ocorrência histórica selecionada por ele para investigação (WHITE, 1992, p. 434).

Nessa mesma linha de raciocínio, ele continua dizendo que “desprovidos de quaisquer fundamentos teóricos por uma e não por outra, somos conduzidos de volta às razões morais e estéticas da escolha de uma visão em contraposição a outra como a mais realística” (p. 44). Ou seja, White não percebe que a escolha de um tropo em relação a outro não é anterior à perspectiva metodológica adotada pelo historiador. E, afinal, há alguma ciência, até mesmo dentre as mais “rígidas”, que não parta das escolhas de um pesquisador ou grupo de pesquisa?

Thomas Kuhn em seu importante livro *As estruturas das revoluções científicas*, afirma a não existência da verdade científica objetiva, mas uma sucessão de paradigmas hegemônicos, que são questionados, fazendo com que o conhecimento teórico esteja sempre em movimento. A mudança de paradigmas científicos se dá também por esse elemento não cogitado numa época (KUHN, 2003). Contudo, isso não significa que haja a possibilidade de que cada um possa elaborar a sua própria teoria uma vez que elas se confrontam com a comunidade científica. Esse dado arbitrário surge de um conjunto de “respostas seguras”, uma base em que o cientista se assenta e sem a qual a pesquisa não prossegue, pois não se saberia quais perguntas fazer para o objeto de análise. Ou seja, White, ao deslegitimar a História através de sua concepção estrita de ciência e de objetividade científica, desconsidera que escolher, tal como demonstra a proposição de Kuhn, é inerente a qualquer pesquisa.

Outra assunção de White é considerar a História um exercício de retórica, sendo essa afirmação facilmente questionada por historiadores como Carlo Ginzburg. Em seu texto “*Unus testis – O extermínio dos judeus e o princípio de realidade*”, Ginzburg faz uma brilhante análise da posição de Hayden White de conceber a História como uma propedêutica. White afirma que a documentação histórica não fornece nenhum elemento que induza a construir um significado em vez de outro, corroborando para o ceticismo e relativismo na disciplina, o que resultaria em uma atitude tolerante diante fatos polêmicos. Ginzburg argumenta que essa é uma proposição insustentável,

tanto do ponto de vista histórico quanto do lógico. Do ponto de vista histórico, porque a tolerância foi teorizada por indivíduos que tinham fortes convicções intelectuais e morais (...). Do ponto de vista lógico, porque o ceticismo absoluto entraria em contradição consigo mesmo se não fosse estendido também à tolerância como princípio regulador (GINZBURG, 2007, p. 226-7).

A História se baseia em um esforço metodológico que controla o que será apresentado como dado. Como afirma Ginzburg, a ligação entre história e retórica na atualidade “empurrou às margens a relação entre história e prova” (GINZBURG, 2002, p. 13). Em seu livro *Relações de força. História, retórica e prova*, Ginzburg tem como objetivo demonstrar como no passado, a prova era considerada parte integrante da retórica e “que essa evidência, hoje esquecida, implica uma concepção do modo de proceder dos historiadores, inclusive os contemporâneos, muito mais realista e complexa do que hoje está em voga” (p. 13). Segundo o autor, a posição cética em relação à História deriva da ideia da retórica sem prova, que ele remonta a sua origem a Nietzsche (p. 15). O filósofo, segundo análise de Ginzburg, trata a busca pela verdade como uma ilusão já que o homem é um ser efêmero. Assim, essa procura “tem as suas raízes na regularidade da linguagem, mas nas palavras, a verdade nunca tem importância e nem mesmo uma expressão adequada. Caso contrário, com efeito, não existiriam tantas línguas” (p. 24). Ou seja, toda palavra generaliza arbitrariamente uma experiência sensorial absolutamente específica e a existência de diversas línguas é a prova da separação entre as palavras e as coisas. Essa é uma proposição fundamental para o desconstrucionismo. Mas há uma nova leitura sobre a afirmativa nietzschiana, segundo o qual “a supremacia do mundo chamado de adiantado tem também raízes culturais e depende do controle sobre a realidade e sobre sua percepção” (p. 38). Nesse sentido, o relativismo encontra um limite, pois

embora repelindo as consequências radicalmente céticas da tese desconstrutivista sobre a ‘natureza retórica da verdade, incluindo a verdade científica’, ela não põe em discussão as suas premissas, e assim, acaba por tornar-se sua prisioneira. Uma dessas premissas é a incompatibilidade entre retórica e prova (GINZBURG, 2002, p. 39).

Contudo, analisando a retórica, tal como proposta por Aristóteles, ela se baseia no método crítico, em uma combinação de retórica e prova, embora se mova no âmbito do provável, delimitada pelo contexto. Assim,

ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo o ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, à imagem total que uma sociedade deixa de si. Para ‘escovar a

história ao contrário’ (die Geschichte gegen de Strich zu bürsten), como Walter Benjamin exortava a fazer (GINZBURG, 2002, p. 43).

E o historiador deve ter consciência de que as fontes não são nem “janelas escancaradas”, nem “muros que obstruem a visão”, mas formas de se obter conhecimento sobre as realidades passadas que envolvem uma atitude crítica do pesquisador a fim de garantir a plausibilidade de suas afirmações.

Entretanto, segundo Chartier,

os historiadores perderam muito de sua ingenuidade e de sua ilusão. Agora sabem que o respeito às regras e às operações próprias à sua disciplina é uma condição necessária, mas não suficiente, para estabelecer a história como um saber específico (CHARTIER, 2002, p. 17).

Ou seja, essa certeza cientificista que o historiador tinha a partir de sua metodologia científica vem sendo posta em questão. A escrita passa a ser uma preocupação por definir como as conclusões obtidas a partir da pesquisa serão transmitidas.

A proposição de Rancière sobre a escrita da História é bastante significativa. Ele afirma não estar interessado na questão da instituição histórica, pois essa tarefa já foi feita por Michel de Certeau ao definir a “operação historiográfica” (RANCIÈRE, 2010, p. 35). Ele enfatiza que “a questão política do conhecimento histórico passa pela análise de uma relação específica: a relação entre o discurso que discute a história e as palavras nas quais ela se escreve” (RANCIÈRE, 2010b, p. 36). E nisso Rancière é mais coerente que White. A questão da operação historiográfica não é omitida no sentido de parecer ou não ter relevância para o que está sendo escrito, mas ressalta que a relação com as palavras também faz parte dessa operação. Segundo esse autor,

o que me interessa é a relação entre essa apreensão do ser falante e a questão das fronteiras entre os modos do discurso: o que significa quando dizemos que determinado discurso provem da ciência, e não à literatura, ou o contrário? (RANCIÈRE, 2010b, p. 35).

Ele reafirma que seu interesse nessa questão se dá pela relação que o discurso histórico passa a ter com o discurso ficcional, nas discussões suscitadas a partir do momento que a “grafia” torna-se importante ao fazer histórico.

Rancière afirma que o modo de fazer História pautado apenas na busca de fontes e dados está condenada a um empirismo, “renunciando questionar os modos de escrita que dão às palavras da história e às palavras do historiador a aparência de uma verdade” (RANCIÈRE, 2010, p. 37). Fica-se preso tal como Funes, o memorioso no conto de Jorge L. Borges, sem capacidade de abstração. É

preciso ter consciência que a História enquanto ciência transmite suas pesquisas prioritariamente por meio da linguagem escrita, fazendo que ela também seja parte do trabalho historiográfico. Para Rancière, a representação

não é o acto de produzir uma forma visível, é sim o acto de dar um equivalente (...). É a voz de um corpo que transforma um acontecimento sensível num outro, esforçando-se por nos fazer “ver” o que esse corpo viu, por nos fazer ver o que ele nos diz (RANCIÈRE, 2010b, p. 139).

Nesse trecho, o autor trata da relação entre palavra e fotografia, como ambas são figuras que substituem o sensível. E é nesse sentido que a escrita de História deve ser entendida, como uma construção de imagens que nos possibilita o conhecimento das realidades passadas através de pesquisa e metodologia transmitidas através das imagens evocadas pelas palavras.

A História enquanto disciplina, por mais que tenha que levar em consideração a questão da escrita na operação historiográfica, não é um trabalho literário. Uma das diferenças está justamente, como ressalta Linda Hutcheon, no uso de elementos paratextuais no caso da escrita em História tais como “footnotes and the textual incorporation of written documents” (HUTCHEON, 2001, p. 83-4), embora ela ressalte que a ficção pós-moderna por vezes use esses recursos de forma paródica. Mas, mesmo com os questionamentos acerca da validade da escrita de História, “even today paratextuality remains the central mode of textually certifying historical events” (HUTCHEON, 2001, p. 84).

Outra autora que diferencia a história da literatura é Sandra Pesavento. Em “História & literatura: uma *velha-nova* história”, ela afirma que ambas são narrativas explicadoras do real, mas que não se misturam, pois o historiador se esforça para atingir o real acontecido. Além disso, a narrativa histórica e literária se aproximam da realidade com distintos graus. A diferença entre os dois se deve pelo ‘uso’ de um campo pelo outro, pois isso só é possível, “a partir de uma postura epistemológica que confronta as tais narrativas, aproximando-as num mesmo patamar, mas que leva em conta a existência de um diferencial” (PESAVENTO, 2006, s/p). Ou seja, a diferença entre História e literatura na perspectiva da autora se encontra na possibilidade da literatura ser usada como fonte para se atingir o imaginário das realidades passadas, justamente pela diferença existente entre essas duas formas de se lidar com a realidade.

9.

Em *À beira da falésia*, Chartier oferece uma tentativa de levantamento sobre as razões que abalaram as certezas dos historiadores, marcadas “pela ampliação dos horizontes historiográficos, pelo apagamento de fronteiras entre tradições nacionais, pelo desencravamento da história, agora mais amplamente aberta às interrogações das disciplinas que são suas vizinhas” (CHARTIER, 2002, p. 21). Percebe-se que o compromisso com a ciência puramente racionalista reduziu a complexidade da representação na historiografia de realidades passadas. A partir disso, acredita-se que a reconfiguração no modo de entender a História implica nessa necessidade de reconfiguração da escrita historiográfica. A disciplina deixa de ser encarada apenas de forma didática, como exemplo para as ações no presente, como era até meados do século XVIII. Nem é mais uma “dimensão inescapável do próprio devir”, com vias de se pensar no futuro em uma relação de causalidade (KOSELLECK, 2006). Refletir sobre a sua função na contemporaneidade implica em também elaborar formas adequadas de se legar o conhecimento histórico. Para Gumbrecht, segundo a análise de Heidrun Olinto, a escrita de História não deve ter uma finalidade no plano das funções sociais, mas deveria “significar um encantamento, geralmente vinculado à imersão no reino da ficção literária” (OLINTO, 2008c, p. 38). O amplo debate ao redor desse tema já sinaliza seu papel de relevância na sociedade e que o cumprimento de sua função será mais eficaz se for levada em consideração as perspectivas contemporâneas, altamente complexas, sobre a produção de conhecimentos. Nesse sentido, não pode se restringir às antiquadas formas de escrita que atualmente se mostram problemáticas. Não se pretende prescrever modelos fechados ou metodologias adequadas, mas a reflexão se faz necessária. Nietzsche, como evoca Olinto, tem razão, é necessário um sopro de gaia ciência. E como sinaliza a epígrafe deste capítulo, as imagens criadas dos mortos são “tão mais nossas”.

Nessa busca de uma reconfiguração da História, o papel do historiador torna-se central. Ao se questionar as bases da objetividade cientificista, ou melhor, a sua finalidade no atual contexto, as escolhas epistemológicas do historiador se tornam de extrema relevância. É preciso indagar, contudo, como a disciplina da História se porta diante dessa necessidade de se questionar. Por exemplo, Pierre Nora sugere a diversos historiadores profissionais a escrita na forma de uma ego-

história. Em sua proposta, os historiadores deveriam usar os seus próprios métodos para falar de si, como se estivessem falando de outra pessoa, numa clara intenção de dar relevo às suas próprias subjetividades, resultando no livro *Ensaio de ego-história*. Obviamente tal empreitada teria problemas: Nora fica espantado com “certa timidez perante o exercício proposto (...) a decisão não deixou de ter hesitações, nem reticências, nem inquietação, sem cepticismo quanto ao resultado” (NORA, 1989, p. 359-360). O historiador, ao ter pretensões científicas de neutralidade, objetividade e imparcialidade, e mesmo sabendo da interferência de sua subjetividade na sua escrita e seleção de dados, não é encorajado a se posicionar em primeira pessoa. Dessa forma, “sequer precisavam justificar a sua não-submissão ao rito de confissão (ou da inquisição)” (OLINTO, 2003, p. 30). E mesmo Pierre Nora acreditando que:

Nenhuma actividade intelectual está, sem dúvida, tão dependente, como a história, das razões que levam a interessar-se por ela, das condições de sua elaboração, dos lugares onde desabrocha, das circunstâncias da sua produção, de seus enraizamentos físicos e biográficos (NORA, 1989, p. 359), poucos historiadores têm coragem de aceitar o convite feito por ele. René Rémond, um dos historiadores que aceitou o desafio de fazer a sua ego-história, pondera que o historiador “não está acostumado a ser objecto e o pensamento de aplicar ao seu próprio caso o método que tem um hábito profissional de praticar sobre os outros desconcerta-o” (RÉMOND, 1989, p. 287). Ou seja, o historiador não está acostumado, ou melhor, a sua tarefa de cientista não exigia esse exercício de se colocar em questão. As questões são voltadas apenas para o seu objeto de análise, mesmo com a renovação da História a partir da nova história.

Chartier trata sobre a dificuldade de falar de si quando se sabe das determinações sociológicas nas subjetividades, concebendo-se a existência de apenas um “toque pessoal” nas decisões tomadas. Sobre a ego-história, ele afirma:

não nego o interesse como documento histórico dos relatos biográficos nem o fato de que o toque particular possa mudar muito quando falamos de um trabalho intelectual. Mas quero dizer que não se devem aceitar as ilusões deste gênero, e me parece que com a moda da ego-história na França este perigo nem sempre foi evitado (CHARTIER, 2001, p. 184).

Mesmo com algumas críticas, a escrita da ego-história, além de ser uma experiência que resultou no livro de Pierre Nora, surge como alternativa estratégica para se escrever História, ligada a uma colocação do pesquisador e de

sua perspectiva de análise como vital para se entender o desenvolvimento de sua hipótese.

A História atravessa um momento de questionamento sobre a própria metodologia empregada e a forma de apresentação dos resultados obtidos devido à consciência de sua relatividade perante pressupostos contemporâneos. Seria, no mínimo, incoerente continuar afirmando que a História se define por uma busca pela “verdade”, entendendo-a como algo dado e essencialista. Ainda mais, para a História que lida com a transformação de conceitos e crenças através do tempo.

Nesse contexto, emerge também o interesse pelo próprio fazer histórico e pelo historiador. Assim, sabendo que o pesquisador tem papel primordial na pesquisa, acredita-se que a resistência de se posicionar nos textos aparece como um resquício da tradição cientificista da História. Ressalto que a História continua sendo uma ciência – ou ainda pretende ser –, com métodos, dados, análises, mas a sua apresentação, a sua escrita deve ser reconfigurada perante o novo contexto de produção de conhecimento.

Daniela Versiani, em seu texto “O pesquisador contemporâneo da cultura e a autoetnografia como método”, tem por objetivo refletir sobre o papel do pesquisador contemporâneo da cultura tendo como referência os teóricos Gerhard Hoffmann, Andreas Huyssen e o antropólogo Michael Herzfeld. Aponta como dificuldade para a elaboração de seu trabalho “as peculiares posições desses teóricos e a localização de suas reflexões sobre subjetividade do produtor de conhecimento dentro do amplo e heterogêneo debate sobre o pós-moderno” (VERSIANI, 2003, p. 94). A autora ressalta que a utilização do termo contemporaneidade ao tratar dessas questões, em detrimento de pós-moderno, ocorre por não querer se aprofundar em reflexões sobre esse tema. Para analisar o seu *corpus*, Versiani aponta para o que ela chama de “método autoetnográfico”,

o que se propõe então é um novo papel para o próprio pesquisador da cultura (e, num universo mais específico, o estudioso e teórico da literatura), que devia colocar de lado sua lanterna e ir à caça de seu próprio farnel de memórias, produzindo conhecimentos a partir de uma prática intensamente auto-reflexiva, que reconheça e explicita a localização de seu próprio discurso e abandone o suposto ponto arqui-médico que um dia lhe foi atribuído (VERSIANI, 2003, p. 102).

Ou seja, quando o pesquisador situa a perspectiva adotada através de uma séria reflexão sobre o lugar em que se insere, a inserção de tal subjetividade não fará

com que o texto seja menos produtor de conhecimento. Pelo contrário, como a própria autora aponta, essa auto-reflexividade como método “aponta para uma cuidadosa explicitação de posições e convicções pessoais como diretriz ética para a condução de um trabalho de pesquisa” (p. 106). A subjetividade apontada na pesquisa passa a ser uma necessidade em um contexto de produção de conhecimentos em que se reconhece que a pesquisa depende das escolhas feitas pelo pesquisador. Partindo das reflexões do antropólogo Herzfeld, em que ele exerce essa reflexividade ao lidar com a sua pesquisa sobre o nacionalismo grego, é perceptível a existência de

questões que invalidam a tradicional concepção de que a construção de conhecimentos ocorra a partir da dicotomia sujeito observador/ objeto observado, com conseqüências não apenas epistemológicas, mas também ética e políticas, que exigem que o produtor do conhecimento se mantenha em permanente alerta auto-reflexivo e reconheça a participação de outras subjetividades na construção desses saberes (VERSIANI, 2003, p. 106).

Ressalta-se que embora o historiador não tenha essa tradição de exercício auto-reflexivo, já é possível encontrar alguns exemplos de extrema relevância, como na proposta de Michel de Certeau em “A operação histórica” do já citado livro *História: novos problemas*. Já no início de seu texto ele afirma:

Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, por mais longe que estendamos, capazes de apagar a *particularidade* do lugar de onde eu falo e do domínio por onde conduzo uma investigação. Essa marca é indelével. No discurso onde faço representar as questões gerais, essa marca terá a forma do meu *idiotismo*: meu dialeto demonstra minha ligação com um certo lugar (CERTEAU, 1988, p. 17).

Certeau, nesse texto, trata o fazer histórico, em sintonia com a proposição feita por Versiani sobre a autorreflexividade. Nesse sentido, é bastante claro e necessário que ele próprio esclareça o lugar de seu discurso. Segundo o autor, “a operação histórica se refere à combinação de um lugar social e de práticas científicas” (CERTEAU, 1988, p. 18). A definição da pesquisa, do método empregado, das indagações feitas aos documentos, todos esses aspectos estão submetidos às condições de produção do conhecimento histórico.

Tal relação entre a subjetividade e a produção de conhecimento entre os historiadores é vista com desconfiança, embora seja necessária pelas razões acima apontadas. Contudo, como ressalta Certeau, “tomar a sério seu lugar, ainda não é explicar a história (...) Mas é a condição para que qualquer coisa, que não seja nem lendária (ou “edificante”), nem utópica (sem pertinência), possa ser dita” (p.

27). Ou seja, a operação histórica não consiste apenas em situar de onde se parte o discurso, envolvendo outros elementos como a pesquisa em si, a escrita do texto. O historiador lida com as fontes através de sua subjetividade, mas obedece a determinadas regras.

Retomando, mais uma vez a concepção de Rémond como um emblema para se pensar a situação do historiador em relação à subjetividade, cita-se:

se os historiadores não se põem em cena, não se pense que eles não têm nada para narrar. Uma longa tradição ensinou-os a desconfiar de sua subjetividade, de sua, assim como da dos outros; conhecem por experiência a precariedade da recordação, a fragilidade do testemunho (RÉMOND, 1989, p. 288).

Nesse âmbito, partilha-se da desconfiança de Rémond sobre a subjetividade como produtora de conhecimento, se tal subjetividade for entendida de forma ingênua. Contudo, devido aos questionamentos de outros campos de saber, o historiador deve se posicionar sobre questões ligadas à produção de conhecimento na História.

Com as palavras de Rémond, “A história também são os historiadores” (RÉMOND, 1989, p. 319). Constatação já evidente desde os *Annales*, mas que com as reformulações no campo historiográfico ganha mais potência. A subjetividade pode e deve estar explicitada no produzir ciência. O historiador segue em busca de novas formas de escrita, mas o seu posicionamento é algo extremamente relevante na construção desse conhecimento. Nesse sentido, torna-se importante refletir sobre as concepções de História que embasam a sua pesquisa. A questão é que essa reflexão deve ser uma constante para que a História possa sair renovada desses embates pelos quais vem passando.

10.

A discussão sobre o historiador como peça fundamental para se refletir sobre o conhecimento histórico cria outros questionamentos como a relação desse conhecimento com a realidade empírica. A tentativa teórica de se levar em consideração todas as reflexões sobre a representação na historiografia leva à afirmação de que o historiador propõe uma apresentação das realidades passadas a partir do modo como recorta e analisa as suas fontes (AZEVEDO, 2008). Ou seja, ao se considerar que o objeto histórico já é uma construção do historiador, mesmo que regulado por métodos aprovados pelas respectivas comunidades científicas, tenta-se mostrar essa relação entre o sujeito-pesquisador – o historiador – e o

objeto de estudo – as questões sobre as realidades do passado – a partir da ideia de apresentação. Nesse sentido, questiona-se: “o historiador não trataria apenas de *apresentar*, na forma de texto, uma construção acerca do passado, em vez de representá-lo em suas razões e motivos?” (AZEVEDO & CHARBEL, 2008, p. 69). Darlei Azevedo e Felipe Charbel, em seu texto “Escrita da história e representação: sobre o papel da imaginação do sujeito na operação historiográfica” (2008), argumentam que tanto a ideia de representação quanto a de apresentação são insuficientes para tratar do texto histórico. Essas duas perspectivas apresentam diferentes visões da relação entre sujeito e objeto. Se, por um lado, uma separação possível entre esses dois pólos não é vista como possível, há uma visão construcionista de apresentação da realidade. Todavia, se, por outro lado, havendo a possibilidade dessa separação, há uma visão documentalista de representação da realidade. Além disso, há o debate sobre o método empregado que, embora seja parte crucial na História enquanto disciplina, não consegue controlar o texto do historiador e o modo com que ele definirá a sua estruturação. Inspirados pela filosofia kantiana e pela análise feita por Costa Lima, Azevedo & Charbel sugerem, como alternativa para os insuficientes termos representação e apresentação, o uso do termo representação-efeito, uma vez que os historiadores usam a faculdade da imaginação na construção de seus textos:

Tratar de representação-efeito no âmbito da historiografia implica *pensar o papel da faculdade da imaginação no texto histórico*, atentando para o jogo que ela estabelece a partir de certos protocolos, que lidam necessariamente com vestígios do passado e com uma expectativa de sentido da parte de quem elabora a narrativa (AZEVEDO & CHARBEL, 2008, p. 76).

Esse é um dos pilares de sua tese: o que o historiador constrói quando diz que faz história. Partindo do pressuposto que não há uma dicotomia entre sujeito e objeto, mas que ambos se constroem mutuamente, como definir a escrita mais plausível ao se tratar dos vestígios do passado? Como o historiador/ crítico opera na construção desse objeto? E a questão que emerge, no caso específico da historiografia literária, é qual é esse vestígio em que o historiador / crítico vai basear a sua pesquisa, dada a natureza complexa do sistema literário?

Sandra Pesavento tenta responder a essas questões através do conceito de ‘representância’ cunhado por Paul Ricouer. O historiador, mais do que construir uma representação, que se coloca no lugar do passado, “é marcado pela vontade de atingir este passado. Trata-se de uma militância no sentido de atingir o

inatingível, ou seja, o que um dia se passou, no tempo físico já escoado” (PESAVENTO, 2006, s/p). E é essa busca que singulariza o trabalho do historiador e que o diferencia do trabalho literário, por exemplo.

11.

Muitas são as questões que emergem quando se fala sobre a construção do conhecimento histórico. Percebe-se, contudo, uma discussão densa (e tensa), que envolve tanto questões de função da História na contemporaneidade, quanto a validade de seu conhecimento. Sintetiza-se dessa discussão, tomando por base as proposições de Verónica Tozzi, a necessidade de encarar tanto a natureza cognitiva quanto política desses questionamentos. A consciência da historicidade não deve paralisar o conhecimento, mas divulgar que mudanças são possíveis e até mesmo necessárias, por vezes. Como afirma Carlo Ginzburg,

no século XIX, o entusiasmo pelos progressos científicos e tecnológicos se traduzira numa imagem do conhecimento (inclusive o historiográfico) baseado no espelhamento passivo da realidade. No século XX, pelo contrário, um entusiasmo análogo sublinhou os elementos ativos, construtivos do conhecimento (GINZBURG, 2002, p. 44).

O século XXI pode ser caracterizado pelas dúvidas acerca da produção do conhecimento, justamente pela insuficiência dessas duas concepções anteriores, pois se o positivismo não é mais válido como norteador, o construtivismo foi radicalizado dificultando em alguns a crença na possibilidade de conhecer a realidade de forma eficaz.

No caso específico da historiografia literária, os debates se centram fundamentalmente em duas chaves. A primeira é a forma adequada, ou pelo menos mais coerente, de se construir conhecimento sobre o passado literário. E a segunda é saber exatamente a que passado literário se refere quando tratamos desse campo. Afinal, o que deve ser estudado em uma historiografia literária? Essa é a questão que norteia o próximo capítulo. Mas, diante de todo esse debate sobre o conhecimento histórico e tendo em mente a epígrafe desse capítulo, o que importa não é trazer de volta esses “mortos”, até mesmo porque essa seria uma tarefa infrutífera, mas construir imagens que nos ajudem a entender essas realidades passadas e a nossa própria realidade. Afinal, retomando as palavras de Mário de Andrade, “detesto os mortos que voltam./ São tão mais nossas as imagens!”.